

PODER

Nunes Marques no comando das eleições

Ministro é eleito presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Mendonça será o vice

» IAGO MAC CORD

O ministro Kassio Nunes Marques foi eleito, ontem, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O vice é o ministro André Mendonça. Os dois foram indicados pelo então presidente Jair Bolsonaro para vagas no Supremo Tribunal Federal (STF) e são ideologicamente alinhados entre si. Ambos estarão no comando da Corte eleitoral no pleito de outubro.

A escolha para presidente do TSE é feita por votação em plenário apenas por formalidade. Na prática, é eleito o ministro mais antigo do tribunal entre os representantes do STF que ainda não tenha ocupado o cargo. Além de três ministros do Supremo, o TSE conta com dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Embora com nova gestão no TSE, as diretrizes para as eleições já foram consolidadas em resolução publicada pela Corte em março. Nunes Marques substituirá Cármen Lúcia no cargo e deverá presidir o tribunal pelos próximos dois anos.

O foco do novo presidente incluirá a fiscalização da aplicação das normas contra o uso indevido de inteligência artificial e a proibição de deepfakes; continuação do combate à desinformação e à violência política de gênero, e aprofundamento das ações afirmativas para comunidades tradicionais e quilombolas.

A ministra Cármen Lúcia antecipou a troca de comando no

Luiz Roberto/TSE



Indicado por Bolsonaro ao Supremo, Kassio Nunes Marques vai presidir o TSE pelos próximos dois anos

TSE sob a justificativa de que, se esperasse até 3 de julho, restaria pouco mais de 100 dias para as eleições, o que poderia comprometer a tranquilidade administrativa.

Planejamento

A antecipação do rito sucessório funciona como um marco inicial para o compartilhamento de dados e planejamento logístico

com os Tribunais Regionais Eleitorais (TRES).

Cármen enfatizou a necessidade de uma transição “serena e técnica”, evitando rupturas no cronograma eleitoral e agindo sem “atropelos ou afobação”.

Com a saída de Cármen Lúcia do tribunal, Dias Toffoli ocupará a terceira cadeira da Corte reservada para integrantes do Supremo. As vagas do STJ são de Antonio

Carlos Ferreira e de Villas Boas Cueva. Completam o colegiado os juristas Floriano de Azevedo Marques e Estela Aranha.

Nascido em Teresina, Nunes Marques tem 53 anos e chegou ao STF em 2020. Antes disso, foi desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília. Também foi advogado e juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí. (Com Agência Estado)

Odair Cunha a caminho do TCU

» WAL LIMA

A Câmara elegeu o deputado Odair Cunha (PT-MG) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), com 303 votos, em uma disputa marcada por rearranjos de última hora e forte embate político entre governo e oposição. A eleição ocorreu com cinco candidatos, após as desistências das deputadas Adriana Ventura (Novo-SP) e Soraya Santos (PL-RJ) na véspera da votação.

O nome de Cunha segue agora para apreciação do Senado, responsável pela confirmação da indicação.

O resultado consolidou uma vitória expressiva do candidato apoiado pelo governo, mesmo diante de uma articulação da oposição para unificar candidaturas e tentar derrotá-lo. A movimentação incluiu a retirada de nomes e a migração de apoios, especialmente em torno do deputado Elmar Nascimento (União-BA), que terminou em segundo lugar, com 96 votos.

No discurso após a vitória, Odair Cunha destacou o placar

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Cunha (E) é cumprimentado por Motta: agora votação será no Senado

como sinal de coesão da Câmara e fez referência direta ao movimento contrário à sua candidatura. “A votação desta noite é um exemplo para a democracia brasileira”, afirmou, ao agradecer pelos apoios recebidos. “Compreendo a missão e a responsabilidade que tenho neste momento. Essa votação representa o compromisso de mantermos essa Casa unida em

torno de compromissos democráticos, republicanos, transparentes e de respeito à nossa instituição”, declarou.

O parlamentar também elogiou a condução do processo pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). “É um tributo à vossa liderança nesta Casa legislativa. Os acordos e o diálogo não são feitos em gabinetes fechados,

são feitos à luz do dia”, disse.

A fala foi interpretada como uma resposta à articulação da oposição nos bastidores para barrar a eleição dele. Cunha reforçou que sempre apostou no diálogo como caminho político. “Eu nunca acreditei que a traição era o caminho. Nós sempre acreditamos na boa política”, completou.

Por sua vez, Motta afirmou que o placar representa um feito incommum. De acordo com ele, nenhum outro candidato havia alcançado votação tão expressiva nas últimas eleições para o TCU, o que reforça o peso político da vitória.

A indireta de Cunha foi devido à articulação liderada pelo pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que, segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), reuniu-se com os demais postulantes para derrubar a candidatura do petista. A intenção foi unificar as candidaturas da oposição, ato que mudou o cenário da disputa, com as retiradas de candidaturas de Adriana Ventura e Soraya Santos para apoio a Elmar Nascimento.

Relatório é favorável a Messias

» RAPHAEL PATI

O senador Weverton Rocha (PDT-MA) apresentou, ontem, relatório favorável à indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na avaliação de Rocha, o AGU cumpre os requisitos previstos na lei para exercer o cargo. O parecer deve ser lido hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

A sabatina de Messias está marcada para o próximo dia 29, na CCJ. Ele precisa de 14 dos 27 votos para a aprovação no colegiado. No plenário, são necessários 41 votos.

“Como advogado-geral da União, sua atuação se destaca pelo perfil conciliador e de diálogo com os diferentes setores. Sob sua liderança, a AGU posicionou a conciliação como uma política de

Estado, priorizando a segurança jurídica por meio da realização de acordos judiciais e extrajudiciais”, destaca o relator no documento.

Entre as exigências atendidas pelo AGU, Weverton destaca a regularidade fiscal do indicado, além da ausência de parentes que exercem atividades, públicas ou privadas, relacionadas ao seu trabalho, o que poderia configurar nepotismo.

Além do cargo atual, Messias atuou como procurador do Banco Central e da Fazenda Nacional. Também esteve no Ministério da Educação, na Casa Civil e no Senado.

A “novela” da indicação de Messias ao STF já dura meses. Apesar de ter sido nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em novembro do ano passado, a indicação oficial só veio no último dia 1º.

Emanuelle Sena/AGU



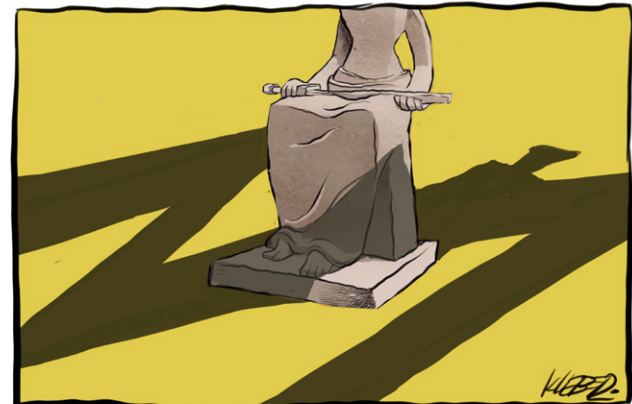
Parecer é mais um passo para a tramitação da indicação de Messias

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Relatório de Vieira foi derrotado, mas escalou as tensões com o Supremo

A CPI do Crime Organizado rejeitou o relatório apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), por 6 votos contrários e 4 favoráveis, encerrando os trabalhos do colegiado sem a aprovação de um documento final. O relatório propunha o indiciamento, por crimes de responsabilidade, dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Com a entrada em campo do Palácio do Planalto e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), houve mudanças na composição da CPI, com a entrada de parlamentares alinhados ao governo nas vagas de titulares. Três dos 11 membros titulares foram trocados. Os senadores Sergio Moro (PL-PR) e Marcos do Val (Avante-ES) foram substituídos por Beto Faro (PT-PA) e Teresa Leitão (PT-PE). Além disso, a senadora Soraya Thronicke (PSB-MS), que era suplente, foi designada membro titular.

Com as trocas, a CPI teve maioria para derrotar o relatório proposto por Vieira. Além de Beto Faro e Teresa Leitão, votaram contra o relatório os senadores Rogério Carvalho (PT-SE), Otto Alencar (PSD-BA), Humberto Costa (PT-PE) e Soraya Thronicke. O pedido de indiciamento, desde que fosse aprovado pela maioria da CPI, poderia levar a uma solicitação de impeachment das quatro autoridades citadas. Esse pedido de impeachment teria que ser apresentado à Mesa do Senado Federal.

O parecer de Vieira incluía propostas legislativas para reforçar o combate ao crime organizado. Entre elas, a criação de um Ministério da Segurança Pública, uma nova intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro e medidas para ampliar o controle sobre fluxos financeiros e pessoas expostas politicamente. O documento também tratava do caso envolvendo o Banco Master, atribuindo a ministros do STF condutas consideradas incompatíveis com o exercício do cargo. O relator apontou supostas relações financeiras e proximidade entre integrantes da Corte e o banqueiro Daniel Vorcaro, além de questionar decisões judiciais tomadas durante as investigações da CPI.

O relatório de Vieira elevou a tensão institucional com o STF a um novo patamar. Ao direcionar acusações aos ministros da Corte, pôs em xeque as fronteiras constitucionais de atuação de uma comissão parlamentar de inquérito, ao avançar sobre a esfera de competência do Supremo, cuja abrangência é cada vez mais elástica.

Segundo Vieira, não se tratava de ataque ao Supremo, “mas de cumprir o dever de investigar fatos graves que chegaram ao conhecimento da CPI”. Disse também que “ninguém está acima da lei, e eventuais desvios de conduta precisam ser apurados dentro das regras constitucionais”, na tentativa de enquadrar o indiciamento como exercício legítimo de controle parlamentar.

Forte reação

A reação foi imediata. Alexandre de Moraes classificou o relatório como “uma peça sem respaldo jurídico, construída para constranger a atuação independente do Judiciário”. Acrescentou que “não cabe a uma CPI revisar decisões judiciais ou imputar responsabilidades com base em ilações”. Dias Toffoli disse que “o Supremo Tribunal Federal tem mecanismos próprios de controle e não se submete a iniciativas que extrapolem os limites constitucionais das comissões parlamentares”. E rechaçou qualquer tentativa de responsabilização “fora do devido processo legal”.

Gilmar Mendes afirmou que o indiciamento era “uma tentativa de intimidação institucional incompatível com o Estado de Direito” e advertiu que “não se pode transformar divergências interpretativas em acusações políticas contra ministros da Corte”. Para ele, o episódio revela “um uso indevido de instrumentos parlamentares para fins de pressão política”. O procurador-geral Paulo Gonet negou qualquer omissão. Ressaltou que “todas as apurações sob responsabilidade do Ministério Público seguem critérios técnicos e legais, sem qualquer tipo de interferência política”, e que “não há espaço para atuações motivadas por pressões externas ou narrativas conjunturais”.

O susto passou, mas as sequelas são grandes. O relatório escala o confronto entre setores da oposição e o STF. Ao imputar aos ministros supostos crimes de responsabilidade, ou seja, de natureza político-administrativa, Vieira ultrapassou os limites estritamente investigativos para uma arena de contestação institucional ao Supremo, na qual decisões judiciais passariam a ser reinterpretadas pela ótica política. Foi mais um lance na escalada de críticas recorrentes ao protagonismo do Supremo em temas sensíveis da vida pública nacional.

Ainda que o relatório fosse aprovado, quaisquer pedidos de impeachment dependem da iniciativa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Além disso, o STF não reconhece autoridade de CPIs para impor sanções diretas a seus membros, o que limita o alcance prático da iniciativa. Na opinião dos ministros do Supremo, houve abuso de poder com objetivos eleitorais.